



Sumário

Prefácio – Edson Lopes Cardoso 9

DIREITOS HUMANOS

1. A questão dos direitos humanos e o combate às desigualdades: discriminação e violência 15
2. Pelo direito de ser 42

INDICADORES SOCIAIS

3. Os negros e o Índice de Desenvolvimento Humano 49
4. Realidade estatística 53
5. Pobreza tem cor no Brasil 57

RACISMOS CONTEMPORÂNEOS

6. A dor da cor 63
7. A miscigenação racial no Brasil 66
8. Negros de pele clara 70
9. Racismo na educação infantil 74
10. Colorindo egos 78
11. Viveremos! 82
12. A sombra de seu sorriso 86
13. Em legítima defesa 90

COTAS

- 14. Focalização *versus* universalização 97
- 15. Nós? 100
- 16. Valeu, Zumbi! 103

MERCADO DO TRABALHO

- 17. O combate ao racismo no trabalho 109
- 18. Trabalho e exclusão racial 113

GÊNERO

- 19. Construindo cumplicidades 119
- 20. “Aqueles negas” 123
- 21. O matriarcado da miséria 127
- 22. Biopoder 131

CONSCIÊNCIA NEGRA GLOBAL

- 23. Pós-Durban 137
- 24. Brasil, Estados Unidos e África do Sul 141
- 25. *Hoch lebe* Zumbi dos Palmares 145
- 26. Genebra 149
- 27. Os retornados 153

IGUALDADE RACIAL

- 28. Um Brasil para todos 159
- 29. Pela igualdade racial 163
- 30. Fora do lugar 166

TEMPO PRESENTE

- 31. *At last* 173
- 32. Mandela, Buscapé e Beira-Mar 176
- 33. Barbárie 180
- 34. *Odô Iya* 183
- 35. O teste do pezinho 187



Prefácio

“A causa a que devotei boa parte da minha vida não prosperou. Espero que isso me tenha transformado em um historiador melhor, já que a melhor história é escrita por aqueles que perderam algo. Os vencedores pensam que a história terminou bem porque eles estavam certos, ao passo que os perdedores perguntam por que tudo foi diferente, e essa é uma questão muito mais relevante.”

Eric Hobsbawm

Em 1984, escrevia o então deputado federal Abdias Nascimento:

A maneira perversa de o racismo brasileiro tornar invisível e inaudível uma população de cerca de 80 milhões de brasileiros é um fenômeno notável no mundo contemporâneo. Os interesses do povo afro-brasileiro são escamoteados em um passe de magia branca pelos meios de comunicação de massa, e a impressão superficial que se tem da sociedade brasileira é a de que, em matéria de convívio interétnico, o Brasil vive no melhor dos mundos.

E acrescentava que, excetuando-se alguns sambistas e jogadores de futebol,

aos assuntos sérios enfrentados pela família negra não são concedidos quaisquer espaços para sua exposição ou debate. Meus pronunciamentos e projetos de lei que tratam desses problemas, consistentemente bloqueados pela muralha de silêncio, jamais têm a oportunidade de chegar até o público neles interessado.

Trago aqui esse testemunho de Abdias para que possamos dimensionar o significado da coluna de opinião mantida por Sueli Carneiro, durante sete anos, no jornal *Correio Braziliense*, de cujo acervo se extraiu a maior parte dos textos deste livro.

Não há observador imparcial que não reconheça o fato grandioso de que um único parlamentar, em um esforço gigantesco, conseguiu, por meio de pronunciamentos e encaminhamento de projetos, dar visibilidade no parlamento às aspirações da população negra, denunciando, por um lado, seu cotidiano opressivo e, por outro, rearticulando os fios de sua memória histórica e coletiva.

Quase duas décadas depois, na conjuntura pós-Marcha Zumbi dos Palmares – um duro golpe nos mecanismos de controle que afastavam a mobilização dos negros da presença direta sobre as instituições de governo –, Sueli Carneiro manteve em um importante jornal brasileiro, durante alguns anos decisivos, uma coluna de opinião, na qual buscou articular os temas em evidência naquele momento às pressões do movimento negro por espaço social e político.

Excetuando os artigos abolicionistas de José do Patrocínio, na década de 1880, não conheço outra manifestação

em um grande órgão da imprensa em que a realidade brasileira fosse posta em questão, sistematicamente, de uma perspectiva negra.

Uma pequena fresta que Sueli Carneiro soube aproveitar e transformar, como fizera Abdias no parlamento, trouxe nova luz para uma temática historicamente rebaixada em nossos meios de comunicação. A cada quinzena, sua voz decidida expressava a maturação do pensamento político que se espalhava a partir do meio negro, abrindo caminho para a reflexão sobre os limites de nossa “democracia”.

É preciso ainda considerar que a “muralha de silêncio” a que se referiu Abdias não era mais suficiente para dar conta das pressões do ativismo político negro na luta pelo acesso a recursos públicos que pudessem sustentar políticas de combate ao racismo e de superação das desigualdades raciais.

Como já escrevi em 2007¹, “os principais veículos da grande mídia, de forma articulada, descarregaram suas baterias com tal intensidade que me fizeram evocar as ‘profecias de terror’ com as quais os escravistas resistiram aos abolicionistas no século XIX, segundo relato de José do Patrocínio”.

Já não se fala, como no passado, em aniquilamento da colheita, em retração do capital e diminuição da renda. Os profetas do terror contemporâneo se dizem acuados por fantásticas falanges negras neonazistas que disseminam o racismo e ameaçam botar fogo no inestimável patrimônio do “Grande País Miscigenado”, pondo em risco o mérito e a qualidade do ensino superior e jogando no mercado profissionais “despreparados”.

.....

1. “Profetas do terror e a distorção da história”, editorial do jornal *Írohin*, ano XII, n. 20, 27 jul. 2007, p. 2.

É esse bombardeio discriminatório, com fortes conotações de aversão e repulsa e a predominância de um tratamento visivelmente tendencioso, que serve de moldura aos textos de Sueli Carneiro, que soube extrair dessa frente de disputa ideológica uma força extraordinária.

O leitor deste livro oportuno e necessário será guiado, com grande sensibilidade e discernimento, por uma intelectual que não deu as costas às tarefas políticas que permanecem na ordem do dia. O testemunho aqui registrado deverá contribuir para a reflexão sobre as razões do refluxo da mobilização negra. Na campanha presidencial de 2010, os temas abordados por Sueli Carneiro não estavam, a rigor, na pauta dos candidatos que se propuseram a governar o país nos próximos quatro anos, nem na de seus críticos.

A esse respeito existe, portanto, um grande consenso: se há legitimidade para muitos conflitos que apareceram aqui e ali nos debates dos candidatos à presidência da República, parece ter ficado estabelecido entre as partes que não se deveria fazer menção às relações raciais, ao racismo, às desigualdades raciais.

E mesmo as sugestões daqueles que criticavam a pobreza dos debates, e aproveitavam para sugerir temas ausentes, não incluíam nenhuma alusão às políticas de superação das desigualdades criadas pelo racismo e por práticas de discriminação racial. Este livro nos ajudará, repito, na reflexão que precisamos fazer sobre a relação entre a sociedade civil e os partidos políticos; a maioria da população, os afro-brasileiros, e seus governantes; e, finalmente, entre a nação e o Estado.

Edson Lopes Cardoso

Jornalista e diretor do jornal *Ìrohìn*.



DIREITOS HUMANOS

1

A questão dos direitos humanos e o combate às desigualdades: discriminação e violência²

RAÇA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente os recém-libertados. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que, conseqüentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos. Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos. Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de

.....

2. Publicado originalmente no *Correio Braziliense*, 2 set. 2010.

suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil.

O pensamento social brasileiro tem longa tradição no estudo da problemática racial e, no entanto, em quase toda a sua história, as perspectivas teóricas que o recortaram respondem, em grande parte, pela postergação do reconhecimento da persistência de práticas discriminatórias em nossa sociedade. Nadya Araujo Castro desenhou o percurso pelo qual passou o pensamento social brasileiro sobre as relações raciais, e percebeu que ele foi se transformando por meio das diferentes óticas pelas quais foi abordado, o que teve início no pessimismo quanto à configuração racial miscigenada da sociedade brasileira – corrente no fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, como atestam os pensadores Sílvio Romero, Paulo Prado, Nina Rodrigues, entre outros –, passando pela visão idílica sobre a natureza das relações raciais constituídas no período colonial e determinantes na predisposição racialmente democrática da sociedade brasileira, que tem em Gilberto Freyre sua expressão maior e mais duradoura. Existem ainda visões que consideram a questão racial como reminiscência da escravidão, fadada ao desaparecimento, tanto mais se distancie no tempo daquela experiência histórica, ou como subproduto de contradições sociais maiores, ditadas pela análise materialista dialética que as informava, como afirma Florestan Fernandes. Para Castro, nessa leitura, “a desigualdade racial era descrita como um epifenômeno da desigualdade de classe.

Mesmo ali onde estereótipos e preconceitos contra negros eram expressamente manifestos, eles eram analisados antes como atos verbais que como comportamentos verdadeiramente discriminatórios”³.

O novo ponto de inflexão nesse pensamento emerge na obra de Carlos Hasenbalg, na qual, pela primeira vez, as desigualdades raciais são realçadas com base na perspectiva de que discriminação e racismo são tomados como variáveis independentes e explicativas de tais desigualdades.

Essas concepções conformam as duas matrizes teóricas e/ou ideológicas em disputa na sociedade. De um lado, o mito da democracia racial ao desracializar a sociedade por meio da apologética da miscigenação que se presta historicamente a ocultar as desigualdades raciais. Como afirma o sociólogo Carlos Hasenbalg, esse mito resulta em “uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial”⁴. E é essa mistificação que ressurgue, como veremos adiante, para cooperar com a epígrafe no que adverte para a “repetição do passado no presente”.

De outro lado, a força do pensamento de esquerda, que, ao privilegiar a perspectiva analítica da luta de classes para

.....
3. CASTRO, Nadya Araujo. “Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar”. In: CASTRO, Nadya Araujo; BARRETO, Vanda de Sá (orgs.). *Trabalho e desigualdades raciais*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 25.

4. HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. “Raça e oportunidades educacionais no Brasil”. Fundação Carlos Chagas (SP), *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, maio 1987, p. 80.

a compreensão de nossas contradições sociais, põe as desigualdades raciais de lado, obscurecendo o fato de a raça social e culturalmente construída ser determinante na configuração da estrutura de classes em nosso país. Essa inscrição e essa subordinação da racialidade no interior da luta de classes se iniciam inspirando perspectivas militantes que buscam articular raça e classe como elementos estruturantes das desigualdades sociais no país.

Mais recentemente, economistas vêm qualificando a magnitude dessas desigualdades a ponto de, neste momento, podermos afirmar que vivemos em um país apartado racialmente. De fato, as disparidades nos Índices de Desenvolvimento Humano entre brancos e negros revelam que o segmento da população brasileira autodeclarado branco apresenta em seus indicadores socioeconômicos – renda, expectativa de vida e educação – padrões de desenvolvimento humano compatíveis com os de países como a Bélgica, enquanto o segmento da população brasileira autodeclarado negro (pretos e pardos) apresenta índice de desenvolvimento humano inferior ao de inúmeros países em desenvolvimento, como a África do Sul, que, há menos de duas décadas, erradicou o regime do *apartheid*. Sociologia e economia são áreas que vêm consolidando uma nova percepção sobre a importância da racialidade na configuração das desigualdades sociais no Brasil, tornando-a variável estrutural para a compreensão e superação do problema social no país.

Apesar disso, as duas ideologias – o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes – têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação demo-